



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Financiamento

### FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E PARTICULARIDADES DO ESTADO: A DEPENDÊNCIA COMO CHAGA

Rafaela Bezerra Fernandes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende problematizar a configuração e a centralidade da figura do Estado na consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Para tanto, recorre-se ao debate das relações sociais de poder e domínio entre os países capitalistas centrais e periféricos, com especial atenção aos seus desdobramentos sobre o território da América Latina.

**Palavras-chave:** Estado; Dependência; Formação Social Brasileira.

**Abstract:** This article intends to problematize the configuration and centrality of the state figure in the consolidation of the capitalist mode of production in Brazil. In order to do so, we have to debate the social relations of power and dominance between the central and peripheral capitalist countries, with special attention to their unfolding over the territory of Latin America.

**Keywords:** State; Dependency; Brazilian Social Formation.

#### Introdução

Visando compreender com maior profundidade o papel do Estado na realidade brasileira hoje, importa inscrevê-lo como parte do modo de produção econômico vigente, no trato e reprodução da força de trabalho, em que as bases de sua sustentação se encontram impregnadas de estruturas e marcas do passado. Ou seja, exige entendê-lo como produto de condições e processos históricos muito particulares estabelecidos na conformação do capitalismo no Brasil que influenciaram a sua posição dentro do cenário mundial.

O percurso da formação social brasileira, que perpassa sua condição de colônia arraigada ao escravismo, a experiência do capitalismo competitivo e a maturidade burguesa assumida no capitalismo monopolista enfatizam a dinâmica de um país que, desde a sua fundação, mantém como traço a heteronomia e a posição periférica perante a dinâmica capitalista global, além da particular e permanente concentração de riqueza que polariza ricos e pobres num cenário sem qualquer intenção de rompimento com essa lógica (FERNANDES, 1976).

#### Entre o passado e o presente: reflexões acerca da formação social brasileira e suas implicações à configuração do Estado burguês nacional

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: rafaellabef@gmail.com.

A ocupação do Brasil deu-se como parte do fenômeno da expansão marítima e, desde o seu início, esteve voltada para demandas e interesses da metrópole (Portugal), de modo a alimentar as relações de comércio europeu por meio da exploração de recursos naturais aqui situados. Sua finalidade precípua não foi ocupar, de fato, o território numa intenção civilizatória, mas utilizar-se do espaço como estratégia de ampliação de um mercado exportador, como já se experimentava na exploração do continente africano e asiático.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. (PRADO JR., 1961, p. 25-26)

Segundo Prado Jr. (1961), esta era uma terra que não lhes saltava aos olhos de imediato, haja vista as condições naturais serem muito distintas das de origem dos colonos, mas se tornou um grande negócio ao passo que se percebeu conter aqui produtos raros e de grande prestígio entre os europeus devido sua escassez. Se o povoamento das zonas temperadas ao norte da América ocorreu como estratégia de fuga dos conflitos políticos e religiosos que assolavam sobretudo a Inglaterra na intenção de ali constituir nova morada, no sul tropical esse movimento se deu de forma muito peculiar e por razões muito diferentes, em que portugueses foram motivados a emigrar para serem temporariamente trabalhadores até que o tráfico negreiro tão logo suprisse a carência de mão de obra e estes se tornassem, como grande promessa, os dirigentes e proprietários das terras.

Para o referido autor, o *sentido da colonização* reside aí, em apropriar-se do território brasileiro como um braço avultoso da exploração de um terreno intacto para fazer dele exportador das riquezas aqui provenientes para a grande potência colonizadora, Portugal. Deu-se, portanto, como um processo com fins mercantis que serviu de alicerce para a consolidação de uma economia interna sempre voltada às exigências externas. “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras” (PRADO JR., 1961, p. 26).

Resgatar estes elementos do passado não só importam, mas são fundamentais por terem desenhado e marcado profundamente a organização da sociedade brasileira, no que tange seu desenvolvimento econômico e mais ainda no conteúdo das narrativas hegemônicas, responsáveis por asfixiar, deturpar ou eliminar a cultura dos negros e indígenas, fazendo sobressair a influência do branco europeu em todos os seus aspectos: morais, ideológicos, políticos, religiosos, dentre outros. São marcas que perduram, ainda que com intensidades distintas da época mencionada, mas que ratificam uma dinâmica de

relações que alimentam e reforçam a desigualdade de gênero, de classe, de raça e que se expressam, não por acaso, nas escolhas e prioridades políticas.

Toda uma cultura se produziu durante a Colônia e o Império valorizando o senhor, branco, administrador, proprietário, político, intelectual, bispo general, em detrimento do escravo, negro, trabalhador no eito e no ofício, engenho e fazenda, cafezal e moenda. (IANNI, 1996, p. 105)

Florestan Fernandes (1976) dá particular importância ao acontecimento da Independência do Brasil, para ele momento socialmente revolucionário por instaurar com sua chegada a crise do pacto colonial e a inauguração da *sociedade nacional*. De acordo com o autor, “em contraste com o que ocorria sob o estatuto colonial e, mesmo, sob a ambígua condição de Reino, o poder deixará de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro” (1976, p. 31).

Este marco, que carregou em si a possibilidade insurgente de romper com a dependência característica da sociedade colonial deu lugar à preservação de uma ordem social marcada por amarras do passado. Isso quer dizer que, embora tenha se alterado a estrutura do poder político com vistas ao patrocínio de interesses particulares das elites locais, mantiveram-se as relações do mundo colonial, estas enraizadas na ausência de soberania nacional.

Portanto, a Independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional. (FERNANDES, 1976, p. 33)

O quadro que se conforma, portanto, elucida o surgimento de um Estado nacional que em discurso procura se estabelecer sobre os princípios liberais, mas que efetivamente não abre mão de práticas patrimonialistas. Nesse contexto, para Fernandes (1976) a propagação do capitalismo no Brasil não ocorreu como intenção deliberada, mas como decorrência de um lugar já ocupado pelo país no circuito econômico mundial desde a sua condição de colônia.

Todo o desenho da formação social brasileira à época reforça a busca dos estamentos por ocupar e dirigir as esferas de poder no intuito evidente de conservar as condições de heteronomia, fundamentais para a sustentação de uma economia fundada no setor agrário canalizada para a exportação. Tais iniciativas esboçaram os ensaios de uma democracia restrita à aristocracia agrária que atinge certa independência política no período em foco, mas não logra o mesmo percurso no que se refere à autonomia econômica nacional, ainda com suas raízes fincadas num mercado exportador que ao longo do tempo foi se diversificando e tendo seu incremento, mas que jamais abandonou sua característica prevaemente de agroexportador.

A retomada desse breve percurso histórico sintetiza o contexto em que se forjaram as condições que serviram de pilar para a construção da sociedade e Estado brasileiro, processo que atravessou séculos e cujas marcas ficaram gravadas na trama nacional. A evolução desse enredo revela, por conseguinte, os rumos e limites da “modernização” aqui vivenciada, muito própria e típica dos países periféricos, engendrada pelos e dirigida para os “de cima”, funcional à acumulação do centro capitalista.

[...] compreendendo-se modernização como maturação do capitalismo no país, e hegemonia desta relação social de produção, tendo o Estado como dinamo e suporte, e mantendo-se uma cultura política antidemocrática. Ou seja, trata-se da consolidação do capitalismo, mas mediado, filtrado por traços e tensões fundamentais da nossa formação social, o que remete ao conceito de modernização conservadora, cuja origem está em Moore Jr. (1983), e que foi largamente utilizado para caracterizar nosso processo de transição para o capitalismo. (BEHRING, 2008, p. 107)

Trata-se, para Ianni (1996), de um presente cujo peso do passado se faz inegável e persistente. Para Fernandes (1976, p. 176, grifos do autor), “só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*”.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que se deu de forma atípica se comparado às experiências dos países capitalistas centrais, demonstrou a dinâmica interna de um país que tem como lastro sua ancoragem no passado, cuja construção, de acordo com Netto (2015, p. 33, grifos do autor), “não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados”. A revolução burguesa brasileira que decorre desses determinantes demonstra que a aproximação entre a nova burguesia emergente nos centros urbanos com as elites agrárias à época se deu apartada de qualquer envolvimento das massas populares e ausente de uma vontade revolucionária democrática e de impulso à criação de um mercado nacional, cujo arranjo novo manteve seus olhares voltados para fora e teve no Estado não um aparato, mas o protagonista para a consolidação do poder burguês. Suas conformações não clássicas de revolução burguesa (FERNANDES, 1976), confirmam que este não foi um processo que esboçou a intenção de transformações estruturais locais para rompimento com a subordinação aos países imperialistas, mas, ao contrário, deu-se como movimento de ajuste às novas exigências do capitalismo globalizado sem alterar, de fato, sua posição neste circuito.

Ao invés da processual ou drástica renovação dos fundamentos societários, típicos da ordem liberal que se irradiava, mantiveram-se as convenções, o código de honra tradicional e os mecanismos patrimonialistas de dominação como condicionantes necessários à “superação” da ordem colonial. O burguês, enquanto o aburguesamento do aristocrata, ergueu-se sobre as estruturas econômicas e sociais do modo de produção anterior, mantendo-as como fontes de seu privilégio, optando por uma solução de centralização política à organização da sociedade em condições realmente burguesas. (MARQUES, 2015, p. 33)

As contradições que este próprio sistema é responsável por gerar são a base sobre a qual se funda a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky (1879-1940), que busca analisar dialeticamente a coexistência de estágios diferentes de desenvolvimento capitalista pelo mundo, cujas relações decorrentes disso estruturam o imperialismo. A teoria de Trotsky (1977) contribui largamente para compreender a convivência do atrasado com o avançado entre nações e dentro das nações, inclusive entendendo este descompasso como o próprio equilíbrio do sistema capitalista em sua totalidade; ou seja, para além de atestar rigorosamente o quão necessária é a desigualdade entre países e regiões que reciprocamente alimentam a sobrevivência do capitalismo. Isso explica como o ritmo de desenvolvimento de cada país determina o grau de convivência entre formas arcaicas e modernas de organização econômica, política, social e cultural de uma sociedade. Dessa forma, a leitura de um território ou nação não se pode dar desvinculada de seu lugar como parte da economia capitalista global, cuja articulação e interdependência entre as partes e o todo torna muito própria a formação econômico-social de tipo capitalista por aqui.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. [...] Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. [...] A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. (TROTSKY, 1977, p. 24-25)

O exemplo do Brasil se assemelha e possui muitas congruências com as realidades dos demais países da América Latina à época de seu “descobrimento” e povoamento<sup>2</sup>, em que o desenvolvimento do capitalismo por aqui se deu em defasagem em relação aos ditos países “avançados”, por razões internas e limitações impostas de fora para dentro. Conforme destaca Marini (2011), a revolução industrial na Europa, responsável por grandes inflexões no mundo do trabalho e no sistema político e econômico mundial, ocorre concomitante à marcha dos países da América Latina pela Independência, conquistada até então em caráter político, estritamente.

É nesse cenário de transição, portanto de passagem a um novo tempo, que se conforma o arranjo de relações que constitui concretamente a *dependência*. Isto é, no

---

<sup>2</sup> Conforme já elucidado, este foi um movimento que se deu em tempos e por razões diferenciadas entre as regiões do continente, conseqüentemente também entre os países, mas que carrega certa carga de similaridade na medida em que o foco da exploração pelos colonizadores se dirigiu ao sul dos trópicos na América.

momento em que se estabelecem “nações formalmente independentes”, estas deixam de ser uma extensão de suas metrópoles e passam a ocupar seu lugar na divisão internacional do trabalho, subsistindo com o foco na oferta de matérias-primas e servindo como fornecedor indispensável para a edificação do propósito industrial. A situação de colônia foi, assim, o embrião da subordinação característica da região.

Aí se pode notar a relevância da América Latina no arrimo do capitalismo global, sem o qual não se alcançariam, no tempo em que se deu e nas proporções registradas, a especialização do trabalho na Europa que o surgimento da indústria requiritava. Antes espaço estratégico para geração, majoritariamente, de produtos de subsistência, agora, acompanhando as mudanças, surgem novas demandas, sem suprir a primeira, voltadas à produção de insumos basilares para o processo de manufatura.

No circuito do intercâmbio de mercadorias de bens primários e manufaturados entre países centrais e periféricos, decorrem outros fatores que perpetuam a condição de subordinação conferida aos países latino-americanos, dentre eles o que Marini (2011) demarcou como *troca desigual*. Para o autor, esta funciona como um mecanismo de transferência de valor propriamente dito, ao passo que a troca de equivalentes se dá sob desequilíbrio; isso porque devido ao monopólio da produção de determinado gênero num polo e a carência deste mesmo artigo no outro, torna-se possível que a nação onde há abundância falseie a lei do valor, de modo que o preço cobrado pelo produto não corresponda ao seu valor real, mas sobrelevado. Como resultante, tem-se, para a nação desfavorecida, um repasse superior ao previsto cuja diferença precisa ser compensada, processo este que se realiza numa maior exploração da força de trabalho.

Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, com uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. (MARINI, 2011, p. 147)

A busca por compensar a perda de mais-valia despendida na circulação da produção reverbera, portanto, no que o autor nomeou como *superexploração do trabalho*, recurso esse utilizado como estratégia de prolongamento do trabalho excedente. É, pois, uma ação que se estabelece via três procedimentos, colocados em prática isolados ou combinados entre si, sendo eles: a elevação da intensidade do trabalho, relacionada ao maior dispêndio físico do trabalhador; o aumento da jornada de trabalho, responsável por consumir um tempo maior antes destinado à sua recomposição física; e o rebaixamento de salários,

inviabilizando o acesso do trabalhador à satisfação de necessidades básicas à sua manutenção, gerando um desgaste acelerado e antecipado.

O corolário da dinâmica em vigor entre as grandes potências e os países “subdesenvolvidos” atinge, dessa forma, profunda e especialmente, os trabalhadores da periferia, chamados a suprir as assimetrias do sistema por meio de sua maior exploração, agudizando as contradições inerentes ao capitalismo particularmente nessas regiões como forma de retroalimentar a reprodução ampliada do capital nas nações imperialistas, conservando e avultando a condição de dependência.

As injunções do mercado internacional sobre a organização interna do trabalho geram, portanto, uma situação socio-histórica peculiar, muito distinta das experimentadas na Europa ocidental e cuja dinâmica é assegurada pelas elites dirigentes locais, em benefício de regalias exclusivas em detrimento do favorecimento da nação como um todo.

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). (FERNANDES, 1976, p. 292-293)

Ao passo que a industrialização se generaliza na América Latina, esta traz consigo mudanças na esfera do consumo, mas principalmente no perfil da importação. Altera-se, desse modo, a necessidade de itens de bens de consumo por artigos industriais, de modo a suprir as novas exigências de mercado que impõem a urgência pela elevação da produtividade com particular peso para essa região. Para o alcance desta, o contexto pós-guerra, marcado por uma nova configuração do mundo, foi determinante, na medida em que a concentração de capital dentre as potências imperialistas possibilitou sua aplicação em economias periféricas.

Deu-se, dessa maneira, um deslocamento massivo de capitais dos centros para a periferia capitalista, cujo investimento deu-se em equipamentos e tecnologia que permitiram a elevação da mais-valia relativa. A importação de capital estrangeiro foi decisiva para viabilizar o “progresso” técnico e conseqüentemente acelerar o crescimento econômico nas economias dependentes que se tornaram nichos atrativos de investimento dada sua raiz na superexploração da força de trabalho, responsável por dinamizar e elevar exponencialmente a extração de lucro.

O novo rearranjo da divisão internacional do trabalho estabelecido após os recentes conflitos políticos vivenciados fez surgir novas estratégias de valorização do capital, dando seqüência à expansão do crescimento entre os países “desenvolvidos” às custas da

imposição de novas demandas às economias dependentes. A estas cabe, a partir de então, executar as etapas iniciais do processo produtivo industrial, cabendo àquelas, sua conclusão e desfruto. Como bem aponta Marini (2011, p. 163), “a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.”

Nesses moldes forma-se o imperialismo moderno, marcado pela hegemonia norte-americana nas relações comerciais e, mais ainda, políticas, fundamentais para sua entrada e domínio nas esferas de poder das nações dependentes, muito bem recebido pela burguesia nacional com a crença de que o almejado “desenvolvimentismo” finalmente seria realizável (FERNANDES, 1975). De acordo com o autor,

a hegemonia dos Estados Unidos pode ser contrabalanceada nas nações capitalistas avançadas. Essas nações possuem recursos materiais e humanos para resistir às implicações negativas da empresa corporativa norte-americana, e para limitar e mesmo para estabelecer controles seletivos das consequências culturais ou políticas resultantes da supremacia econômica dos Estados Unidos. Os países latino-americanos carecem desses recursos materiais e humanos. Por outro lado, suas burguesias nacionais e suas elites no poder não estão submetidas a controle público e a pressões democráticas. Em consequência, o processo de modernização iniciado sob influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, *propagando-se por todos os níveis* da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável. Apenas alguns setores, movidos por sentimentos políticos, intelectuais ou religiosos, opuseram-se a essa forma de *recolonialismo*. (FERNANDES, 1975, p. 23, grifo nosso)

Seus reflexos imediatos são percebidos no novo ajuste e adequação de valores introjetados como padrão de dominação pela cultura americana que reverberam nas esferas de produção e reprodução da vida social, ou seja, alterando-se a relação entre os homens. Daí decorre o prenúncio da conjuntura que se vive hoje, que se experimenta de formas distintas entre os países latino-americanos dadas suas particularidades socio-históricas, ainda que carregadas de similaridades, como foi exposto, e que no Brasil se apresenta como subsunção acentuada às nações hegemônicas.

Assim sendo, a formação social brasileira atesta um Brasil cujas relações sociais superam o território nacional e se submetem, desde sua origem e em caráter marginal, ao diálogo e influência do capitalismo global. Especialmente no contexto de mundialização do capital<sup>3</sup>, que reflete uma conjuntura distinta de etapas anteriores de desenvolvimento do capitalismo, o Estado cumpre papel indispensável na tarefa de manter tal estrutura desigual para o funcionamento do capitalismo dependente e contribuindo para seu aprofundamento,

<sup>3</sup> Conforme salienta Chesnais (2009), vive-se atualmente um novo patamar de acumulação capitalista mundial marcado pela financeirização que engessa os países economicamente periféricos sob os ditames da tríade imperialista (Estados Unidos, União Europeia e Japão).

assumindo posturas diferenciadas que têm impactos, não por acaso, diretamente nas políticas sociais, retrocedendo perante às conquistas históricas.

Conforme sinalizado anteriormente, a tendência de acumulação do capital não só em grandes metrópoles, mas em grandes potências econômicas demonstram que “as contradições internas da sociedade burguesa, registradas como uma sobreacumulação de riqueza num polo e a criação de uma ralé de miseráveis no outro, levam essa sociedade a buscar soluções mediante o comércio externo e práticas coloniais/imperiais” (HARVEY, 2004, p. 105).

O excedente de capital produzido não é canalizado para elevar o nível de vida das grandes massas populacionais dos países [dependentes], mas para aumentar os lucros mediante a exportação de capitais do estrangeiro aos países mais atrasados, onde o capital é mais escasso, os salários mais baixos, o preço da terra relativamente menor e as matérias-primas abundantes e baratas. Países exportadores de capital e, com eles, as associações monopolistas (cartéis, consórcios e trustes) tendem a realizar a repartição econômica e política do mundo segundo seus interesses, entrelaçados com os monopólios do Estado, por meio de uma “política colonial”. (IAMAMOTO, 2008, p. 22)

Sendo assim, os ditames do capital internacional superam a dimensão de território e se espriam numa progressiva e acelerada dominação do continente. E, a exemplo do Brasil, a submissão ao capital internacional traz uma série de prejuízos (como livre mobilidade dos capitais, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno, precariedade das políticas públicas...), que desencadeiam limites reais para a construção de uma sociedade nacional autônoma, ainda que limitada às condições impostas pela sociabilidade burguesa, em todas as suas esferas – econômica, política, social, regional etc.

Nesse sentido, conforme salienta Iamamoto (2008), torna-se evidente a influência que os organismos internacionais exercem nas medidas adotadas pelo governo brasileiro e suas implicações diretas nas políticas sociais. Dessa forma, e considerando a tese de Lênin acerca do imperialismo ser a etapa mais elevada de desenvolvimento capitalista (onde a livre concorrência dá lugar à formação dos monopólios e conseqüente formação de oligarquias financeiras), nota-se que, com vistas a sobrelevar os lucros, a exportação de capital e sua aplicação em países “atrasados” tem como conseqüência palpável a dominação política e econômica do mundo segundo os interesses das elites dirigentes.

A abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro nesses tempos tornou-se combustível determinante para atrair investimentos, o que naturalmente reforçou a entrada e vasta expansão de transnacionais no país em detrimento do estímulo ao desenvolvimento de uma economia voltada e sustentada pelos interesses internos, que se pretendesse uma autonomia real. Isso posto, à medida que a economia nacional gira e sustenta-se sob o

domínio internacional, os impactos se evidenciam na submissão da direção do país ao imperativo internacional.

Pois bem, como eixo norteador do raciocínio desenvolvido tem-se que a tendência do Estado brasileiro de dar continuidade ao processo de desnacionalização da economia, dando ênfase e prioridade ao capital financeiro em oposição ao desenvolvimento das forças produtivas em âmbito local, exacerba a condição de dependência ao capital global e, por conseguinte, corrobora para a manutenção do imperialismo em voga. A consequência mais imediata coloca o Brasil na condição de neocolônia, que se mantém à base de exportação de *commodities*, elo perene com o passado, sem qualquer perspectiva de superação do controle e influência que as potências imperialistas (Estados Unidos, União Europeia e Japão) exercem sobre o território nacional.

Em virtude do que foi mencionado, os avanços<sup>4</sup> da Constituição Federal de 1988 no que tange o campo social, precisamente na conquista de direitos, paulatinamente vão perdendo força e sendo esfera ampla de proveito e apropriação por parte do capital internacional via privatizações, revelando a sua relação com as contrarreformas empenhadas pelo Estado brasileiro desde as duas últimas décadas do século XX, alinhada aos ditames dos países capitalistas centrais. Tem-se que a acumulação de capital caminha lado a lado à concentração extensiva de poder, reforçando as relações desiguais entre potências centrais e países economicamente periféricos.

[...] no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário [sic], em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 32)

O Estado brasileiro foi e continua a ser historicamente capturado, cujas ações revelam-se numa distante relação entre este e as classes subalternas, mas numa íntima ligação com as elites políticas. Como alternativa às próprias mazelas geradas pela necessidade de favorecer o permanente crescimento econômico, efetivam-se as políticas sociais que, orientadas por direitos sociais constitucionalmente garantidos, encontram-se atualmente sob crônico desmonte. Isso porque em crescente escala as políticas sociais têm sido paulatinamente entregues às privatizações: seja empenhada pelo repasse de responsabilidades às organizações sociais, fundações, organizações da sociedade civil de

---

<sup>4</sup> Particular atenção merece o marco político e social que significou a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 que, ainda que inspirada na lógica do seguro social, mas já permeada pela dimensão da assistência, se apresenta como um avanço inovador na realidade brasileira, embora o padrão de proteção social pensado para ser integrador das políticas de saúde, assistência social e previdência nunca tenha se concretizado nos moldes de sua concepção.

interesse público, dentre outros; seja pela mercantilização da vida empenhada por grandes corporações estrangeiras na venda de serviços.

É impossível imaginar brechas para mudanças parciais que possam provocar transformações substanciais no padrão de desenvolvimento da economia brasileira sem uma profunda e radical ruptura com a institucionalidade vigente. É uma ingenuidade imaginar que a ordem global possa ser rompida pelas “beiradas”, pois a institucionalidade liberal funciona como uma amarra muito bem urdida, que prende o país cada vez mais nas garras do capital financeiro. (SAMPAIO JR., 2012, p. 683)

### Considerações Finais

A análise aqui sintetizada busca, portanto, retomar a contribuição de destacados intelectuais que debruçaram seus estudos sobre a compreensão de como, quando e por que transcorreu o povoamento do continente americano, e mais profundamente do Brasil, e suas repercussões a longo prazo, tornando possível identificar os traços mais gerais da formação social brasileira que permitem evidenciar as determinações que deram base à estruturação de um Estado nacional com especificidades socio-históricas que, olhadas por uma perspectiva mais ampla, permitem identificar semelhanças e proximidades no que se sucedeu nos demais países da América Latina. Propõe, inclusive e de certo modo, sinalizar em que contexto foram engendradas as especificidades da luta de classes aqui estabelecidas, num cenário global em que o capitalismo encontra seu fundamento na ambivalência por ele produzida entre o avanço e o atraso, em que o progresso de uma nação está condicionado à decadência de outra (MARINI, 2011).

Em síntese, a construção desse Estado se consolidou com aporte em posturas antidemocráticas perpetradas pelos “do alto” para com os “de baixo”, acentuando-se as marcas da dependência com consequências diretas no acirramento da luta de classes e polarização das forças políticas. Na era da globalização neoliberal, em tempos de capitalismo tardio, a cena política falseia, mas preserva o privilégio de pequenos estratos sociais que dão suporte e substância ao Estado de capitalismo dependente tal qual o é.

Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. Essa necessidade torna-se ainda mais aguda sob o imperialismo total, inerente ao capitalismo monopolista, já que, depois da Segunda Guerra Mundial, ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia. As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas “fronteiras internas” e em verdadeiras “vanguardas políticas” do *mundo capitalista* (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista). (FERNANDES, 1976, p. 294)

Convém destacar que, embora essa exposição seja uma constatação do cenário contemporâneo, este não vem estabelecido sem resistências, mas, ao contrário, tem sido

permeado pela mobilização e participação dos movimentos sociais nas lutas democráticas (de que é exemplo a atuação do ANDES, da FNCPS e da FASUBRA), na disputa pela maior ocupação popular nas esferas de poder, ainda que esta se dê em proporções aquém do que a conjuntura exige. Para Marini (2011, p. 220), “a experiência dos povos latino-americanos ensinou ao movimento popular que a concentração de poderes nas mãos do Estado, quando este não é seu, apenas reforça o sentido do mesmo como máquina de opressão da burguesia”, por isso emerge, como urgência histórica, a contestação de suas práticas e a disputa por seu controle.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, François. Mundialización: El capital financiero em El comando. In: *Coyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencias y movimientos*. São Paulo: Cortez, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI et al. (Org.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta. & STEDILE, João. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Morena Gomes. *Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: *Serv. Soc. Soc.*, n. 112. out/dez. 2012. São Paulo: Cortez, 2012.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Tradução de E. Huggins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.